

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: O fim da política do pêndulo.....	2
Título: Desafio é sustentar lucro, Diz Presidente da Usiminas.....	3
Título: ‘Os sinais sobre o Brasil são positivos’	4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: O fim da política do pêndulo**

Em 24 de abril será realizado o primeiro leilão de transmissão de 2017, com a oferta de 35 lotes de empreendimentos, que totalizam cerca de 7.400 km de linhas de transmissão e subestações com capacidade de transformação de 13.200 megavoltampères (MVA). Pela sistemática, vencerão os proponentes com a proposta de menor Receita Anual Permitida (RAP). A expectativa do governo é de que as novas instalações propiciem investimentos da ordem de R\$ 13 bilhões e tudo nos leva a crer que essa meta será alcançada.

Essa expectativa vem não só da possibilidade de bons retornos, mas, principalmente, da estabilidade das regras. O único problema que hoje cria insegurança é a indenização às transmissoras de energia, mais uma herança da Medida Provisória (MP) 579/2012, criada no governo Dilma. Ao aderir à antecipação da renovação de suas concessões, as transmissoras garantiram a indenização dos ativos reversíveis, anteriores a 2000, não amortizados até 31/12/2012, o que aliviaria a redução de receita anual dessas companhias, também gerada pela MP.

A soma das indenizações foi definida em fevereiro deste ano, no valor de R\$ 62,2 bilhões, e inclui correções pelo atraso no pagamento aguardado desde 2013. Antes da definição do valor, uma coisa era certa: o pagamento caberia aos consumidores, via tarifa. Porém associações como a Abrace questionaram esse ponto na Justiça e obtiveram liminares, ao argumentar que a conta deveria recair sobre a União, e não sobre os consumidores.

Apesar desse problema e da crise econômica, o segmento de transmissão vem atraindo investidores. As regras de financiamento estabelecidas pelo BNDES foram mais um passo nessa direção. Para os projetos negociados nos leilões de 2017, o banco poderá ter participação máxima de 80% de todos os itens financiáveis, a custo de mercado (IPCA) e prazo de amortização de 20 anos (sistema Pri-ce). Para a aquisição de máquinas e equipamentos (Finame), a participação do BNDES será de até 60%, com recursos à taxa de juros de longo prazo (TJLP). As novas condições têm a premissa de que é papel do regulador garantir retorno que remunere os investidores pelo risco dos projetos e preços adequados ao consumidor.

Nesse sentido, a Agência Nacional de Energia Elétrica se dispôs a alterar o custo médio ponderado de capital (WACC, na sigla em inglês) dos certames, com ajustes que consideram a obtenção de recursos a custo de mercado e elevando a

RAP máxima. Quando a regra é clara e transparente, os investidores aparecem, a exemplo do que aconteceu no leilão dos aeroportos recém-realizado, que teve ágio de 93,7% em relação à oferta mínima prevista. Esse é o caminho que o governo deve seguir para garantir o sucesso do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Enquanto a transmissão vai bem, os segmentos de geração e distribuição de energia vão mal por falta de regulação adequada. Na geração, há o problema do Generation Scaling Factor (GSF) e a elevação do acionamento térmico, que já ativou a bandeira vermelha na tarifa ao consumidor e, segundo declarações do governo, persistirá até o fim do ano. E, no setor de distribuição, as empresas permanecem endividadas.

Reverticalização. Neste contexto, observam-se movimentos de reverticalização no setor de energia elétrica, com empresas de geração, como a EDP, e distribuição, como a Equatorial, indo atuar também no segmento de transmissão. A volta da verticalização põe em xeque as vantagens oriundas da separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização, que foi implementada no governo FHC. A competição na geração e na comercialização, que estimula o aumento da eficiência e a redução dos preços; e o acesso às redes de transmissão e distribuição, que permite a competição na produção e na comercialização, podem começar a se complicar.

O momento positivo vivido pela transmissão reflete a estabilidade regulatória e a segurança jurídica, que precisam ser replicadas nos segmentos de geração e distribuição, para que o setor elétrico ponha fim à política do pêndulo, na qual ora falta energia, ora sobra energia.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Desafio é sustentar lucro, Diz Presidente da Usiminas

Sérgio Leite afirma que a empresa está na "rota adequada", embora reconheça que o cenário ainda ofereça "muitas variáveis e riscos".

Depois de mais de dois anos no vermelho, a Usiminas registrou seu primeiro lucro trimestral, ao ter resultado positivo de R\$ 108 milhões entre janeiro e março de 2017. O desafio da companhia, que vem enfrentando uma briga de sócios que se arrasta desde 2014, é mostrar que o resultado é sustentável, disse, em entrevista

ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o presidente da Usiminas, Sérgio Leite.

Leite foi reconduzido ao cargo em março, cerca de seis meses após ter sido substituído, protagonizando dois capítulos da briga entre os principais sócios da companhia - a japonesa Nippon e a ítalo-argentina Ternium/Techint. O executivo é nome de confiança da Ternium; neste momento, a Nippon vem tentando reconduzir Rômelo de Souza à presidência. Além da disputa societária, o executivo cita a economia brasileira como um entrave à melhora dos resultados.

Para Leite, a recuperação já começou, mas ainda em ritmo muito lento. Ele afirma que a empresa está na "rota adequada", embora reconheça que o cenário ainda ofereça "muitas variáveis e riscos".

Outra preocupação são os preços internacionais do aço. No último ano, o preço do aço plano foi reajustado pelas siderúrgicas, estando hoje aproximadamente 60% mais altos do que há 12 meses. Os aumentos vinham firmes, até que o preço no mercado internacional passou a cair, acendendo o sinal amarelo para o setor. Com isso, cresceu o receio da ampliação da importação no mercado brasileiro.

O presidente da Usiminas disse ainda que a companhia não vem praticando desconto de preços, mas que está analisando o andamento do mercado internacional. Para analistas, uma eventual queda dos preços poderá colocar em jogo os resultados da Usiminas para os próximos trimestres. O Credit Suisse, por exemplo, considera que o balanço dos três primeiros meses do ano foi o pico de 2017. O Bradesco BBI diz que os resultados não devem se repetir ao longo dos próximos períodos, mas que a tendência, de qualquer forma, é positiva.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Margarida Vaqueiro

Título: 'Os sinais sobre o Brasil são positivos'

Entrevista : António Mexia, presidente da Energias de Portugal, dona da EDP Brasil

Segundo executivo, o País representa entre 15% e 20% dos resultados globais do grupo português

Margarida Vaqueiro Lopes - ESPECIAL PARA O ESTADO

Mesmo em um momento em que ainda há dúvidas sobre a retomada da economia e com a instabilidade política criada pela Operação Lava Jato, António

Mexia, presidente do grupo Energias de Portugal, dono da EDP Brasil, vê potencial de crescimento por aqui e avalia que o País fez a lição de casa do ponto de vista regulatório. Mexia diz estar "moderadamente otimista" em relação ao mercado nacional, que representa entre 15% e 20% dos resultados globais da EDP. "O Brasil constitui, depois dos Estados Unidos, nossa maior plataforma de crescimento."

Leia os principais trechos da entrevista ao Estado:

- Como a EDP avalia o momento atual do Brasil?

A EDP nunca esteve eufórica com o Brasil, nem quando todo mundo estava. E, depois, quando todos diziam que o Brasil era um problema sem solução, não mudamos de estratégia. Nossa posição sempre foi ponderada e de longo prazo. O setor de energia sempre foi uma aposta clara de crescimento, e com enquadramento (legal) bem desenhado. Aliás, o Brasil tem coisas que a Europa devia ter, como os leilões.

- O Brasil é um exemplo nesse aspecto?

O País reconheceu a necessidade de fazer concorrência não apenas no mercado de Bolsa. Obviamente, o modelo tem grandes problemas de implementação, mas é bem concebido. Grandes players mundiais se interessam pelo mercado brasileiro. Estamos há 20 anos no País, e há 11 na Bolsa. O Brasil representa de 15% a 20% dos nossos resultados operacionais e constitui, depois dos Estados Unidos, nossa maior plataforma de crescimento.

- O setor elétrico tem sido marcado pelas investidas dos chineses. Como o sr. avalia isso?

A China Three Gorges (CTG) é nossa acionista e parceira. A nossa abordagem prova que eles têm ambição, mas são uma empresa disciplinada. No Brasil, somos parceiros em Cachoeira Caldeirão, Jari e São Manuel. Se há alguma coisa a dizer é: total integração nos consórcios e na cultura local.

- Mas as ofertas dos chineses têm sido bastante agressivas.

Não vejo nenhuma diferença entre a CTG e qualquer outro operador. Em alguns dos leilões, os europeus foram tão agressivos quanto os chineses.

- Isso é porque acreditam na recuperação da economia?

O controle da inflação e a redução das taxas de juros são determinantes. Há quem estime que a Selic possa cair abaixo de 10% ao fim do ano. Acho que é uma época de algum saneamento sob vários aspectos da economia e me parece que o

controle da inflação é absolutamente decisivo. Diria que estou moderadamente otimista. E o moderadamente é só para que não pareça estranho. Os sinais são positivos.

- Qual vai ser o investimento no Brasil esse ano?

Temos investido, em média, R\$ 1 bilhão por ano e nossa política é continuar neste ritmo.

É possível que aumente devido à entrada na transmissão.

- A EDP entrou no setor da transmissão em novembro, num leilão. É uma nova aposta?

A transmissão dá oportunidades de crescimento mantendo o perfil de risco. Haverá muitos leilões. Ao contrário do que ocorria há dois anos, não há necessidade de nova geração. Obviamente vai haver algum investimento para acompanhar o crescimento da economia, mas haverá um número limitado de leilões de nova capacidade. Por isso, no curto prazo, a questão da transmissão é importante.

- Essa aposta foi para enfrentar a diminuição da demanda?

A estimativa da demanda para este ano é de um ligeiro aumento. Todo mundo ainda se lembra dos apagões de 2014 ou 2015. A diminuição da procura trouxe alguma capacidade para o setor respirar. Hoje, nossa principal preocupação é que sejam esclarecidas as regras para eventuais sobre contratações das distribuidoras. Porque a saída dos chamados clientes especiais, que podem comprar energia no mercado livre, não está sendo incluída na sobrecontratação involuntária.

- Que outros problemas precisam ser solucionados?

A forma para se conseguir acesso a contratos de longo prazo no gás para geração é um exemplo típico do que ainda se precisa fazer. O papel do BNDES, que sempre foi muito importante na infraestrutura, é outro exemplo. É importante que o Brasil não faça uma coisa que a Europa tem feito, que é esquecer que o passado não é incerto. As pessoas tomam decisões com base em regras que devem ser estáveis e não devem ser alteradas no meio do jogo. A questão do financiamento é absolutamente essencial.

- Há chance de se resolver isso em meio ao tumulto político?

Independentemente de as pessoas dizerem que este momento é transitório, eu não quero classificar nada de transitório. Hoje, é muito normal eu estar em

Londres ou em Nova York, e as pessoas se mostrarem tranquilas sobre o setor no Brasil. Porque os fundamentos e as regras estão lá. É muito importante que não se crie uma percepção errada. Os problemas do setor estão sendo tratados, as regras são estáveis. Aliás, conseguem-se aqui respostas relativamente mais rápidas que em países da Europa.

- Quais são os planos da EDP para as aquisições?

O movimento de fusões e aquisições no Brasil atingiu no ano passado cerca de US\$ 300 bilhões. Neste momento, acredita-se que o Brasil vai ter novos movimentos de consolidação, e isso inclui o setor de energia elétrica.

MME / ASCOM .